

RELATÓRIO DE GESTÃO

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÊS

2021 - 2025



CUIDAR . PROTEGER . ARTICULAR
PRESTAÇÃO DE CONTAS - PPDDH



PRESIDENTA

Angelina de Oliveira Costa

VICE-PRESIDENTE

Edson Penha Mendes

TESOUREIRA

Alvanir Pereira Caixeta Veiga

VICE-TESOUREIRA

Maria de Fátima Almeida de Moraes

SECRETÁRIA

Taciane Neves Faustino Ferreira

VICE-SECRETÁRIA

Cristiane Gonçalves Ribeiro

CONSELHEIRAS FISCAIS

Juliany Artiago Oliveira

Leonice Rodrigues Pereira

Maria do Carmo Silva

COORDENADOR PPDDH

Edson Penha Mendes

EQUIPE ADMINISTRATIVA PPDDH

Clênia Resende de Oliveira Reis

Edson Arruda dos Santos

EQUIPE TÉCNICA PPDDH

Eleonora Maria de Queiroz Bondespacho - Psicóloga

Loyuá Ribeiro Fernandes Moreira da Costa - Advogada

Márcia Rita dos Santos - Assistente Social

Raul Camilo Guimarães Garcia - Psicólogo

Rosangela Rodrigues da Silva - Advogada

Sumário

04	Palavra da Presidenta	12	Sobre o PPDDH
05	Palavra do Coordenador	15	Parceria e Apoios
06	Quem Somos?	20	Processo de Trabalho
08	Nosso Propósito	23	Características dos Casos
09	Nossa Missão	28	Resultados Alcançados
10	Nossa Visão	32	Desafios Identificados
11	Nossos Valores	39	Considerações Finais

Palavra da Presidenta



Abrir este relatório é, antes de tudo, abrir um espaço de encontro. Encontro com histórias, com territórios, com pessoas e com lutas que dão sentido à existência do Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès. Cada página que se segue nasce do chão da vida real, onde a dignidade humana é diariamente desafiada, mas também reafirmada pela coragem, pela organização coletiva e pela esperança ativa.

O CDHDMB é um lugar de acolhida, de escuta e de mobilização. Sustentado pela Sociedade de Promoção dos Direitos Humanos (SPDH), nossa caminhada é feita por pessoas que acreditam que os direitos humanos não são abstrações, mas necessidades concretas. Atuamos em 35 municípios do estado de Mato Grosso, sempre ao lado das comunidades e sujeitos que vivenciam, no cotidiano, as marcas das desigualdades e das violações de direitos.

Nossa missão é simples de dizer e exigente de viver: denunciar as injustiças e promover os direitos humanos. Denunciar quando a dignidade é ferida. Promover quando há possibilidade de reconstrução, de fortalecimento e de transformação. Fazemos isso por meio da articulação em rede, do diálogo com os territórios e da confiança na participação social como caminho para que os direitos saiam do papel e se tornem vida concreta.

A SPDH é formada por mulheres e homens comprometidos com a justiça social, vindos de diferentes experiências e trajetórias. Juntos, fazemos do cuidado, da solidariedade e da pluralidade práticas cotidianas. Sabemos que nenhuma transformação se constrói sozinha. Por isso, caminhamos com movimentos sociais, organizações parceiras, comunidades, instituições públicas e todas as pessoas que compartilham o compromisso com a dignidade humana.

Este relatório é também um exercício de transparência e responsabilidade pública. Aqui apresentamos ações, aprendizados, desafios e limites, com a convicção de que prestar contas é parte do nosso compromisso ético com os territórios e com aqueles e aquelas que confiam em nosso trabalho. Mais do que resultados, compartilhamos processos, porque acreditamos que é no caminho percorrido que a transformação acontece.

Nossa história começou no final da década de 1980, a partir do sonho e da sensibilidade profética de Dom Máximo Biennès. Esse sonho segue vivo. Ele se renova a cada denúncia feita, a cada direito defendido, a cada pessoa acolhida e a cada comunidade fortalecida. Seguimos firmes, com os pés no chão da realidade e o olhar voltado para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e humana.

Que este relatório seja lido como um convite: a seguir caminhando conosco, fazendo dos direitos humanos não apenas uma causa, mas uma prática cotidiana de cuidado, justiça e esperança.



ANGELINA DE OLIVEIRA COSTA

PRESIDENTA

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÈS (CDHDMB)
GESTÃO 2021-2025

Palavra do Coordenador



Este relatório traduz o trabalho cotidiano que acontece, muitas vezes, longe dos holofotes, mas sempre próximo das pessoas. Apresentamos o conjunto de ações, projetos e articulações desenvolvidas pelo Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès ao longo do período, a partir de uma atuação construída no contato direto com os territórios e com as populações acompanhadas. Desde 1987, o CDHDMB organiza seu trabalho com foco na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, bem como na reparação de violações, respondendo a demandas concretas e contextos de vulnerabilidade.

As ações do Centro são realizadas junto a povos indígenas, ribeirinhos, comunidades quilombolas, camponeses e trabalhadores e trabalhadoras rurais, mulheres, população LGBTQIA+, comunidades periféricas urbanas e populações privadas de liberdade. O planejamento e a execução dos projetos partem da escuta das comunidades, do acompanhamento sistemático dos casos e da articulação com organizações locais, movimentos sociais e instituições públicas.

Além da execução direta de projetos, o CDHDMB atua de forma contínua em espaços de participação social, como conselhos, fóruns e redes, contribuindo para a construção, o monitoramento e a implementação de políticas públicas de inclusão e reparação de direitos. Essa atuação se organiza em quatro eixos institucionais: participação e incidência política; proteção e defesa dos direitos humanos; sustentabilidade institucional; e comunicação e mobilização.

Ao longo de sua trajetória, o Centro contou com o apoio de organizações parceiras nacionais e internacionais, assim como com recursos de programas do Governo Federal, que possibilitaram a execução de iniciativas voltadas à afirmação territorial, ao fortalecimento da participação cidadã e à proteção de populações em situação de risco. Essas parcerias ampliaram a capacidade institucional do CDHDMB e fortaleceram sua atuação em rede.

Desde 2021, o Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDHDMB) executa o Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) em Mato Grosso, desenvolvendo ações de proteção, prevenção e apoio a pessoas e organizações ameaçadas, por meio de articulação interinstitucional e acompanhamento técnico qualificado. A experiência acumulada no território também contribuiu para o fortalecimento da política de proteção em âmbito nacional, com participação na construção do Plano Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PNPDDH), marco institucional instituído pelo Decreto nº 12.710/2025, que reafirma o compromisso com a consolidação de políticas públicas estruturantes para a defesa dos direitos humanos no Brasil.

Este relatório sistematiza esse conjunto de ações e processos, apresentando resultados, desafios e aprendizados, em um exercício de transparência e prestação de contas sobre o trabalho desenvolvido.

Boa leitura!



EDSON PENHA MENDES

COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA DO PPDDH
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÈS (CDHDMB)
GESTÃO 2021-2025

Quem somos?

O Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDHDMB) é uma Organização da Sociedade Civil dedicada à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos. Sua origem remonta ao ano de 1987, na cidade de Cáceres (MT), a partir do sonho e da iniciativa do bispo diocesano Dom Máximo Biennès. Naquele contexto, a organização foi criada com a denominação de Centro Diocesano de Direitos Humanos, contando com o apoio da Igreja Católica e de pessoas comprometidas com a defesa da dignidade humana e da justiça social.

Com o passar dos anos, o Centro ampliou sua atuação, fortaleceu parcerias e consolidou sua presença junto aos territórios e às populações mais vulnerabilizadas. Em reconhecimento à sua trajetória e ao legado de seu idealizador, passou a adotar o nome Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès, preservando sua memória histórica e reafirmando seu compromisso institucional com os direitos humanos.

Atualmente, o CDHDMB é mantido pela Sociedade de Promoção dos Direitos Humanos (SPDH), entidade fundada em 1992, constituída como associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, não confessional e de duração indeterminada, reconhecida como de utilidade pública. Sua atuação ocorre em âmbito estadual, com ênfase na Região Sudoeste de Mato Grosso, tendo como eixo estruturante a denúncia das injustiças, a promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da cidadania.

A SPDH é composta por pessoas atuantes em diversos segmentos da sociedade cacerense e mato-grossense, que desenvolvem ações de forma articulada e em rede, voltadas ao fortalecimento institucional, à incidência social e à promoção de políticas públicas. O trabalho realizado envolve a identificação de violações, a articulação de respostas institucionais e a implementação de ações e projetos voltados à garantia de direitos.

A missão institucional do CDHDMB é construir e difundir uma cultura de direitos humanos, fundamentada nos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos. A organização compreende que os direitos humanos são base para o exercício pleno da cidadania e que sua efetivação depende da participação social organizada, contínua e qualificada.

Ao longo de quase quatro décadas de atuação, o CDHDMB desenvolveu inúmeros trabalhos voltados ao enfrentamento das violações de direitos, à promoção da cidadania e ao fortalecimento da participação social. Essa trajetória foi construída de forma coletiva, com o envolvimento de organizações, instituições, parceiros nacionais e internacionais, movimentos sociais e comunidades que, ao longo do tempo, assumiram e fortaleceram a causa dos direitos humanos.

Nesse percurso, o Centro contou com o apoio e a cooperação de diversas organizações e instituições, entre as quais se destacam CEBEMO, Balance, CORDAID e Misereor, além de recursos oriundos de programas do Governo Federal.

Quem somos?

Essas parcerias contribuíram de forma significativa para o fortalecimento da capacidade institucional e para a execução de projetos e ações voltados à promoção de direitos e ao desenvolvimento social.

Entre os projetos executados com apoio federal, destacam-se a Capacitação e Assistência Técnica para Afirmação Territorial e Desenvolvimento Etnoambiental na Fronteira Brasil-Bolívia, desenvolvida em 2006 por meio de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), convênio nº 131/05, e o projeto Juventude Quer Viver, executado em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, por meio do convênio nº 2003/2006 SPDCA/SEDH/PR, celebrado em 22 de fevereiro de 2007.

A parceria com a Misereor, obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha, foi uma das mais duradouras da trajetória institucional do CDHDMB, estendendo-se de 2003 a 2019. Esse período foi marcado por investimentos consistentes no fortalecimento da participação cidadã, no estímulo às práticas de controle social e na ampliação da atuação institucional junto aos territórios acompanhados. Em 2021, além de assumir a execução do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) em Mato Grosso, o CDHDMB também desenvolveu um projeto de comunicação em parceria com a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e executou o Projeto de Fortalecimento da Rede de Proteção, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos, ampliando as estratégias de incidência, articulação e proteção no campo dos direitos humanos.

A atuação do CDHDMB é orientada pelos seguintes princípios institucionais: denúncia das injustiças; defesa dos direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais, civis e políticos; solidariedade; pluralidade; e protagonismo das comunidades diretamente afetadas pelas violações de direitos.



QUANDO É QUE NESTA TERRA,
JUSTIÇA E PAZ SE ABRAÇARÃO?

DOM MÁXIMO BIENNÈS



NOSSO PROPÓSITO

Por que existimos?

Ser força que conecta as vozes que clamam por justiça às transformações sociais que desejamos ver no mundo. Existimos para fortalecer pessoas, fomentar movimentos e despertar consciências, para que nenhuma violação de direitos passe despercebida e nenhuma luta seja solitária. Nosso propósito é transformar inquietação em ação e esperança em realidade coletiva.



NOSSA MISSÃO

O que fazemos e para quem?

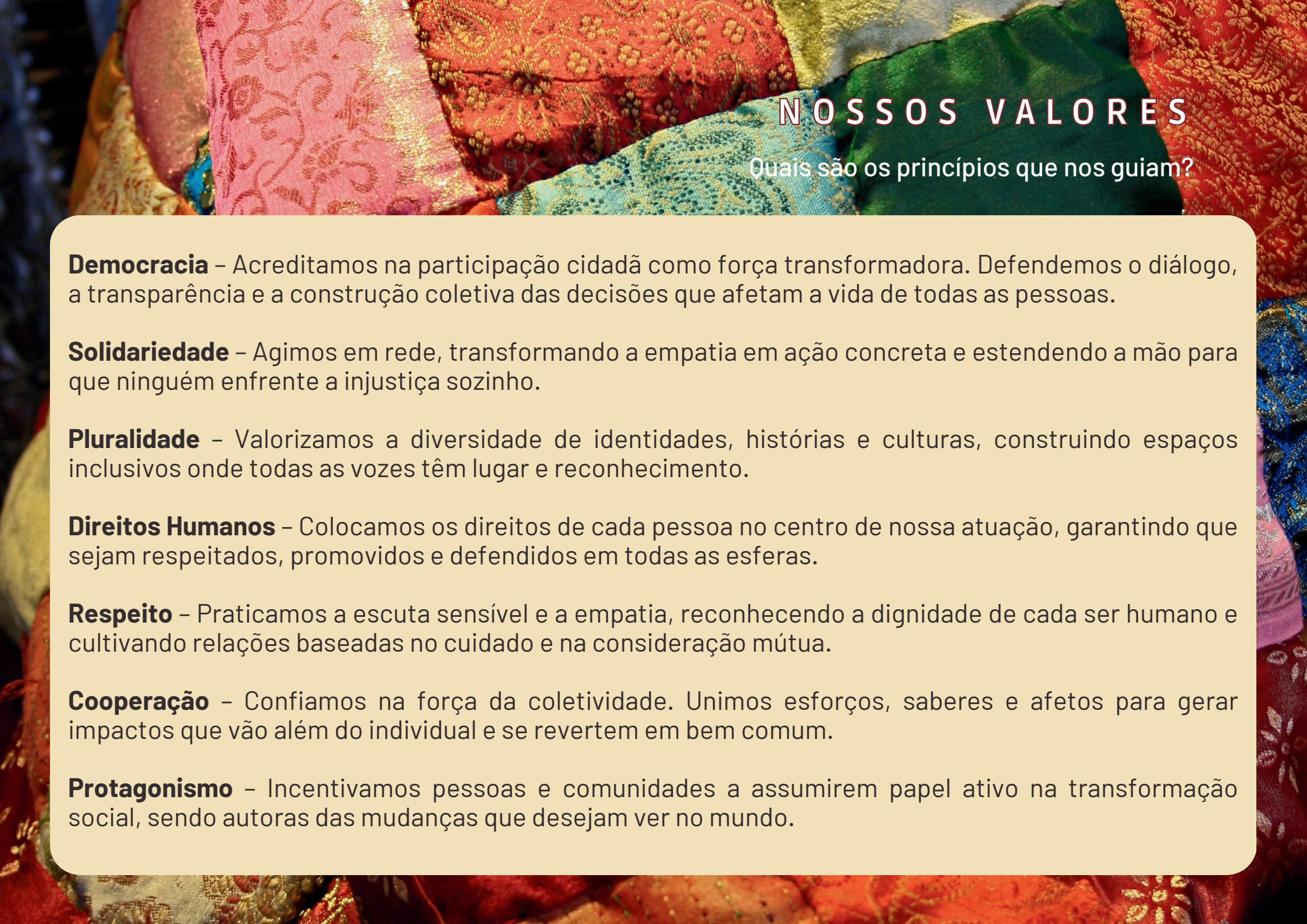
Promover, articular e defender os direitos humanos de todas as pessoas, atuando em rede para prevenir violências e injustiças, fortalecer a democracia e garantir que nenhuma voz seja silenciada.



NOSSA VISÃO

Onde queremos chegar?

Seguir firme como parte da corrente coletiva que inspira novas lideranças, integra movimentos sociais e semeia uma cultura de direitos humanos que floresça para as próximas gerações, contribuindo para a construção de uma sociedade justa, democrática e emancipada, onde cada pessoa tenha seus direitos respeitados.



NOSSOS VALORES

Quais são os princípios que nos guiam?

Democracia – Acreditamos na participação cidadã como força transformadora. Defendemos o diálogo, a transparência e a construção coletiva das decisões que afetam a vida de todas as pessoas.

Solidariedade – Agimos em rede, transformando a empatia em ação concreta e estendendo a mão para que ninguém enfrente a injustiça sozinho.

Pluralidade – Valorizamos a diversidade de identidades, histórias e culturas, construindo espaços inclusivos onde todas as vozes têm lugar e reconhecimento.

Direitos Humanos – Colocamos os direitos de cada pessoa no centro de nossa atuação, garantindo que sejam respeitados, promovidos e defendidos em todas as esferas.

Respeito – Praticamos a escuta sensível e a empatia, reconhecendo a dignidade de cada ser humano e cultivando relações baseadas no cuidado e na consideração mútua.

Cooperação – Confiamos na força da coletividade. Unimos esforços, saberes e afetos para gerar impactos que vão além do individual e se revertem em bem comum.

Protagonismo – Incentivamos pessoas e comunidades a assumirem papel ativo na transformação social, sendo autoras das mudanças que desejam ver no mundo.

Sobre o PPDDH

O Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) é uma iniciativa voltada à proteção, prevenção e apoio a pessoas e organizações que enfrentam ameaças, perseguições, criminalização ou violência em razão de sua atuação na defesa dos direitos humanos. O Programa reconhece que a defesa de direitos, da liberdade de expressão e do meio ambiente, especialmente em contextos de desigualdade e conflito, expõe indivíduos e coletivos a situações recorrentes de risco e vulnerabilidade.

Implantado no estado de Mato Grosso em 2021, o PPDDH tem como objetivo assegurar condições mínimas de proteção para que defensoras e defensores de direitos humanos possam seguir exercendo sua atuação, preservando sua integridade física, psicológica, social e comunitária. O Programa atende não apenas defensores e defensoras de direitos humanos, mas também comunicadores e comunicadoras, bem como ambientalistas, cujas práticas frequentemente se desenvolvem em territórios marcados por disputas fundiárias, pressões econômicas, violência institucional e fragilidade na garantia de direitos.

No estado de Mato Grosso, o PPDDH é executado pelo Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDHDMB), entidade gestora do Programa, em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SETASC), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e uma Rede de Proteção Institucional composta por organizações governamentais e não governamentais. Essa rede é responsável pela articulação e implementação de políticas públicas voltadas à defesa, promoção e reparação das violações de direitos sofridas pelas pessoas defensoras ameaçadas, tendo o PPDDH como espaço de coordenação e diálogo interinstitucional.

Quando uma pessoa defensora ingressa no Programa, passa a ser acompanhada, orientada e apoiada por uma equipe técnica multidisciplinar, formada por profissionais de diferentes áreas. Esse acompanhamento ocorre de forma articulada com a própria pessoa defensora, sua comunidade e as instituições que compõem a Rede de Proteção. De maneira conjunta, é elaborado um Plano de Ação Protetiva, no qual são definidos compromissos institucionais, medidas de proteção e estratégias de enfrentamento às ameaças e violações identificadas. As ações adotadas buscam mitigar ou eliminar riscos, reduzir vulnerabilidades e fortalecer condições de segurança individual e coletiva.

A experiência de implementação do PPDDH em Mato Grosso tem se dado em um contexto desafiador. A pandemia da COVID-19 exigiu adequações nos procedimentos, fluxos de atendimento e estratégias de acompanhamento, incluindo o monitoramento à distância de casos e territórios. As dimensões geográficas do estado, marcadas por longas distâncias e dificuldades de acesso, também impactam o acompanhamento direto das pessoas defensoras e de suas comunidades.

Sobre o PPDDH

Outros desafios enfrentados incluem o desconhecimento do Programa por parte de instituições estatais e da sociedade civil, a limitação de recursos humanos diante da complexidade e do volume das demandas, bem como a existência de políticas públicas ainda pouco conectadas às realidades vividas pelos defensores e defensoras de direitos humanos, muitas vezes sem atenção prioritária às situações de ameaça e sem uma abordagem orientada pelos direitos humanos.

Nesse contexto, o PPDDH tem investido em ações de articulação, mobilização e capacitação para a criação e o fortalecimento de redes regionais de proteção nos territórios onde atuam as pessoas defensoras. Ao mesmo tempo, o Programa enfrenta o desafio de superar uma lógica de proteção centrada exclusivamente no indivíduo, buscando avançar para abordagens que considerem as dimensões coletivas, comunitárias e populares da defesa dos direitos humanos.

A consolidação do PPDDH em Mato Grosso exige o fortalecimento do diálogo e da atuação integrada entre organizações governamentais e não governamentais, reconhecendo que a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos é uma responsabilidade coletiva e um compromisso fundamental com a democracia, a justiça social e a dignidade humana.



**[...] ERA NOITE, ESTAVA EU E MINHA FILHA EM CASA.
CHEGARAM VÁRIOS PISTOLEIROS ARMADOS. [...].**

ATIRARAM, ATIRARAM MUITO. CORRI COM MINHA FILHA DE 05 ANOS PARA O MATAGAL. MATARAM E QUEIMARAM MEUS CACHORROS. MATARAM E CORTARAM A CABEÇA DO PORCO NO CHIQUEIRO. COLOCARAM FOGO NA ROÇA. PASSAMOS À NOITE LÁ, NO MATO, COM MEDO, MUITO MEDO. MINHA FILHA NÃO PARAVA DE CHORAR. SEGUREI A BOCA DELA COM TODA MINHA FORÇA DURANTE TODA NOITE.[...]. AQUI JÁ MATARAM SETE.

TRABALHADORA RURAL

LIDERANÇA FEMININA, NORTE DE MATO GROSSO.



ENTIDADE GESTORA DO PPDDH EM MATO GROSSO:



EM MATO GROSSO, O PPDDH É SUSTENTADO POR UMA REDE VIVA DE APOIADORES E PARCEIROS, E, SOB A GESTÃO DO CDHDMB, TRANSFORMA A PROTEÇÃO DE DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS EM UM COMPROMISSO COLETIVO COM A VIDA, A DIGNIDADE E A DEMOCRACIA.

Parcerias e Apoios

A Rede de Proteção Institucional a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, construída ao longo do período de execução do PPDDH no estado de Mato Grosso, constitui-se como um dos pilares fundamentais para a efetividade das ações de proteção. Essa Rede reúne organizações governamentais e não governamentais que, a partir de seus distintos papéis institucionais, compartilham o compromisso com a defesa da vida, da dignidade humana e da democracia.

Cada organização que compõe a Rede contribui de forma complementar e articulada, seja no atendimento direto às pessoas defensoras, por meio de políticas públicas nas áreas da assistência social, saúde, educação, meio ambiente e segurança; seja no apoio jurídico, com a adoção de medidas judiciais voltadas à garantia e à reparação de direitos; seja ainda na articulação com outras organizações e movimentos sociais de atuação específica no campo dos direitos humanos. A Rede também atua no subsídio de informações, orientações técnicas e encaminhamentos institucionais junto a órgãos públicos dos diferentes níveis de governo e à sociedade civil.

Essa atuação integrada permite que as respostas às situações de ameaça e violação não sejam isoladas, mas construídas de forma coletiva, considerando as múltiplas dimensões que atravessam a realidade das pessoas defensoras e de suas comunidades. Ao articular saberes técnicos, experiências territoriais e responsabilidades institucionais, a Rede de Proteção fortalece a capacidade de prevenção, enfrentamento e reparação das violações de direitos humanos.

A construção e o fortalecimento dessa Rede reafirmam que a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos é uma responsabilidade compartilhada, que exige cooperação interinstitucional, diálogo permanente e compromisso ético com os territórios, as comunidades e as pessoas que seguem, mesmo sob ameaça, na defesa dos direitos humanos.

Compõem atualmente a Rede Institucional de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos no estado de Mato Grosso as seguintes organizações e instituições:

Tipologia de Atuação em Rede

SISTEMA DE JUSTIÇA, CONTROLE E GARANTIA DE DIREITOS

Instituições responsáveis pela defesa jurídica, fiscalização, responsabilização e garantia do acesso à justiça:

- **Ministério Público Federal (MPF)**
- **Ministério Público Estadual (MPE)**
- **Defensoria Pública Estadual (DPE)**
- **Defensoria Pública da União (DPU)**
- **Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB/MT)**
- **Ouvidoria da Polícia do Estado**
- **Polícia Federal (PF)**

ÓRGÃOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

Instituições responsáveis pela formulação, implementação e execução de políticas públicas setoriais essenciais à proteção integral:

- **Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC)**
- **Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SETASC)**
- **Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso (SESP)**
- **Secretaria Estadual de Saúde (SES)**
- **Secretaria Estadual de Educação (SEDUC)**
- **Secretaria Estadual da Agricultura Familiar (SEAF)**
- **Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)**
- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**
- **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**
- **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)**
- **Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)**

Tipologia de Atuação em Rede

CONSELHOS, FÓRUNS E INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Espaços de deliberação, controle social e articulação interinstitucional:

- Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (CONDEL/PPDDH)
- Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH)
- Comitê Nacional Contra à Violência no Campo (CNEVC)
- Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso (FDHT)
- Fórum Popular Socioambiental de Mato Grosso (FORMAD)
- Fórum Nacional de Entidades Gestoras dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (FNEG)

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES

Organizações responsáveis pela atuação territorial, incidência política, mobilização social e acompanhamento direto das comunidades:

- Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès (CDHDMB)
- Comissão Pastoral da Terra (CPT)
- Conselho Missionário Indigenista (CIMI)
- Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)
- Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT)
- Operação Amazônia Nativa (OPAN)
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)
- Articulação da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM/Brasil)
- Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP)

Tipologia de Atuação em Rede

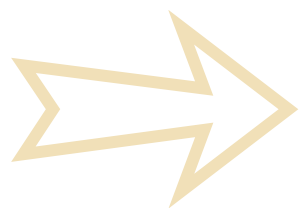
INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Instituições que contribuem com formação, pesquisa, assessoria técnica e produção de conhecimento:

- **Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)**
- **Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)**
- **Universidade de Cuiabá (UNIC)**



40
PARCEIROS



Com 40 parceiros atuando de forma integrada, a Rede de Proteção fortalece o PPDDH e transforma a proteção às pessoas defensoras em um compromisso coletivo com a vida e a democracia em Mato Grosso.



[...] ENCONTRO NO PROGRAMA DE PROTEÇÃO, ESPERANÇA, A GENTE É VISTO, SABE? A GENTE É OUVIDO DE VERDADE. O QUE A GENTE FALA É IMPORTANTE, QUANDO VOCÊS CHEGAM AQUI [....].

TRABALHADOR RURAL

LIDERANÇA MASCULINA, SUL DE MATO GROSSO.

Observações Importantes

A atuação do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas se fundamenta em uma base referencial construída historicamente pelas próprias lutas sociais: a proteção popular, a autoproteção e a proteção solidária. São essas experiências, enraizadas nos territórios e nas organizações da sociedade civil, que conferem sustentação, legitimidade e efetividade à proteção institucional. A política pública de proteção não se sobrepõe a essas práticas; ao contrário, amplia e fortalece uma rede de apoio que já existe e que se ancora em relações de confiança construídas ao longo do tempo.

A proteção institucional tem como papel ampliar as possibilidades de cuidado e segurança, articulando políticas públicas, sistema de justiça e serviços estatais. No entanto, sua eficácia depende, de maneira decisiva, da confiança mútua e recíproca estabelecida com as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e as comunidades onde atuam as pessoas defensoras. Sem esse arco de alianças e de confiança, a proteção se fragiliza, pois a desconfiança impede a circulação plena das informações, o compartilhamento das realidades vividas e a construção de estratégias adequadas de enfrentamento aos riscos.

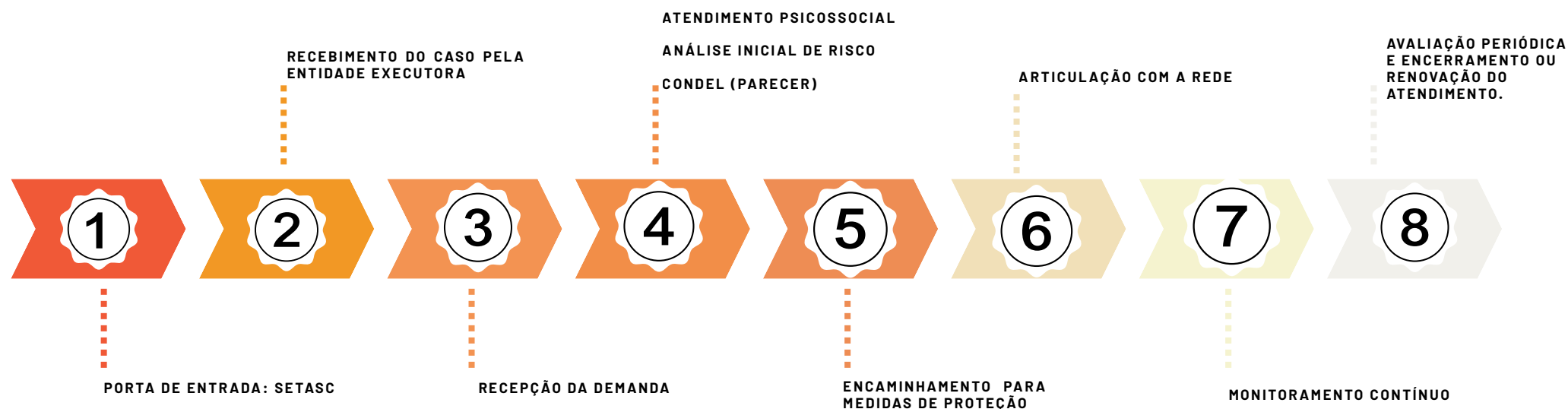
Essa relação de confiança não se constrói de forma imediata. Trata-se de um processo histórico, forjado pela presença contínua nos territórios, pela convivência, pelo reconhecimento das trajetórias coletivas e pela atuação em contextos legitimados pelas próprias comunidades. A proteção efetiva exige proximidade, escuta qualificada e respeito às dinâmicas locais, reconhecendo que os saberes produzidos nos territórios são centrais para qualquer estratégia de cuidado e segurança.

Nesse sentido, a entidade gestora do Programa não se coloca como detentora das pessoas defensoras nem das organizações demandantes. Sua atuação se caracteriza pelo trabalho coletivo em rede, que agrega indivíduos, organizações e movimentos sociais em uma construção compartilhada de estratégias de proteção. O protagonismo das defensoras e defensores de direitos humanos é um princípio orientador dessa prática: são eles e elas os sujeitos centrais de suas informações, de seus dados e de suas decisões, devendo ser reconhecidos como agentes ativos na construção das respostas às ameaças que enfrentam.

Essa concepção reafirma que a proteção não é um ato isolado nem unilateral, mas um processo coletivo, sustentado por relações de confiança, solidariedade e corresponsabilidade. É nesse encontro entre proteção popular, organização social e proteção institucional que se constroem caminhos mais sólidos para a preservação da vida, da dignidade humana e da continuidade da luta por direitos.

Processo de Trabalho

Em síntese o programa de proteção contempla as seguintes etapas:



Ao longo de seus quase quarenta anos de existência, o Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennès tem se consolidado como um espaço de acolhida de múltiplas vozes em Mato Grosso. Histórias marcadas por violações, ameaças e sofrimentos, muitas vezes difíceis de serem ouvidas, compõem o cotidiano institucional e reafirmam um compromisso que ultrapassa o propósito formal: um compromisso ético e genuíno com a justiça e com a vida.

Nesse percurso, a assunção do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas representou um novo patamar de responsabilidade institucional. Desde o início, estava claro que se tratava de uma política pública de elevada complexidade, que exige rigor técnico, articulação interinstitucional e, sobretudo, responsabilidade permanente com a integridade e a dignidade das pessoas acompanhadas. Os desafios impostos pela implementação do Programa evidenciaram a resiliência da equipe e seu compromisso inegociável com a política de proteção e com a defesa da vida.

Processo de Trabalho

A experiência acumulada ao longo da execução do PPDDH revela que cada atendimento corresponde a uma trajetória de vida marcada por vínculos territoriais profundos e, ao mesmo tempo, por contextos de desigualdade, violência e violações de direitos. Os territórios acompanhados não são apenas espaços geográficos, mas lugares de pertencimento, memória e identidade. Nesse sentido, as ameaças, os deslocamentos forçados e a insegurança permanente atravessam a existência das pessoas defensoras, impondo incertezas quanto à permanência, à proteção e à própria continuidade da vida.

As situações vivenciadas pelas defensoras e defensores acompanhados pelo Programa evidenciam a dimensão humana da política de proteção e reforçam sua relevância como instrumento indispensável para a garantia dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Mais do que uma resposta emergencial às ameaças, o PPDDH se afirma como uma política pública essencial para a preservação da vida, o fortalecimento da democracia e a defesa dos direitos humanos em seus territórios de atuação.

COMO A EQUIPE TÉCNICA ATUA NA GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO DO PPDDH EM MATO GROSSO?

- 1 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO RISCO:** PSICÓLOGOS, ASSISTENTES SOCIAIS E ADVOGADOS REALIZAM AVALIAÇÕES DE RISCO DETALHADAS PARA IDENTIFICAR AMEAÇAS AOS DEFENSORES, PERMITINDO A IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS E DE PROTEÇÃO.
- 2 APOIO PSICOSSOCIAL E JURÍDICO:** ARTICULAM SUPORTE PSICOSSOCIAL PARA LIDAR COM TRAUMAS E ESTRESSE DECORRENTES DA ATUAÇÃO DOS DEFENSORES, ALÉM DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA PARA GARANTIR ACESSO À JUSTIÇA E DEFESA DOS DIREITOS VIOLADOS.

Processo de Trabalho

- **3 ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL:** A EQUIPE TÉCNICA PROMOVE A INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA AMPLIAR A REDE DE PROTEÇÃO E FORTALECER RESPOSTAS CONJUNTAS.
- **4 ORIENTAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:** REALIZAM ORIENTAÇÃO JURÍDICA E ORIENTAÇÕES SOBRE DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO E ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA PARA OS DEFENSORES E SUAS COMUNIDADES.
- **5 ACOMPANHAMENTO CONTINUADO:** AUTONOMIA, ORGANIZAÇÃO COLETIVA. MANTÊM UM ACOMPANHAMENTO CONSTANTE DOS CASOS, REVISANDO E AJUSTANDO ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO CONFORME AS NECESSIDADES E MUDANÇAS NO CONTEXTO DE RISCO.



A EXPRESSÃO 'NÃO VIOLÊNCIA' NÃO DEVE SER SINÔNIMO DE PASSIVIDADE

DOM PEDRO CASALDÁLIGA

BISPO CATÓLICO QUE ATUOU EM SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA NAS DÉCADAS 1970-1990 EM MATO GROSSO

Características dos Casos

O estado de Mato Grosso apresenta características geográficas e territoriais que impõem desafios significativos à implementação de políticas públicas de proteção aos defensores e defensoras de direitos humanos. Trata-se de um território extenso, com longas distâncias entre os municípios, infraestrutura viária frequentemente precária e dificuldades de acesso que impactam tanto o acompanhamento técnico quanto as condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a atuação do PPDDH se desenvolve em realidades diversas, marcadas por desigualdades estruturais, conflitos territoriais e múltiplas formas de violação de direitos.

A seguir, apresenta-se uma caracterização das regiões do estado onde o Programa atua, considerando a distribuição territorial das pessoas defensoras acompanhadas, os municípios atendidos e as distâncias em relação à capital, elementos que influenciam diretamente as estratégias de acompanhamento e proteção.

REGIÃO NORTE

A Região Norte é composta por 55 municípios. Desses, 14 já estiveram ou se encontram com defensoras e defensores acompanhados pelo Programa, totalizando 29 pessoas atendidas ao longo do período. Atualmente, o PPDDH acompanha 15 defensoras e defensores ativos, distribuídos em 14 municípios: Novo Mundo (2), Guarantã do Norte (1), Cláudia (1), União do Sul (3), Colniza (2), Feliz Natal (1), Gaúcha do Norte (1), Rondolândia (2), Brasnorte (1) e Apiacás (1).

Do ponto de vista geográfico, esta é a segunda região com maior distância em relação à capital Cuiabá. O município mais próximo é Tapurah, a 408 km, enquanto Rondolândia representa o maior desafio logístico, com distância aproximada de 1.064 km, exigindo planejamento específico para o acompanhamento técnico e institucional.

Características dos Casos

REGIÃO NORDESTE

A Região Nordeste é composta por 25 municípios. Em cinco deles, defensoras e defensores já estiveram ou estão inseridos no Programa, totalizando 15 pessoas atendidas ao longo do período. Atualmente, o PPDDH acompanha 04 defensoras e defensores ativos, distribuídos em cinco municípios: São Félix do Araguaia (1), Luciara (2) e Porto Alegre do Norte (1).

Esta região apresenta as maiores distâncias entre os municípios atendidos e a capital Cuiabá, configurando-se como a de maior complexidade logística. Alto da Boa Vista está localizado a aproximadamente 972 km da capital, enquanto Luciara atinge a distância de cerca de 1.179 km, o que impacta diretamente a frequência e o formato das ações de acompanhamento.

REGIÃO SUDOESTE

A Região Sudoeste é composta por 22 municípios. Seis deles já estiveram ou se encontram com defensoras e defensores acompanhados pelo Programa, totalizando 13 pessoas atendidas. Atualmente, o PPDDH acompanha 13 defensoras e defensores ativos, distribuídos nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade (2), Porto Estrela (3), Barra do Bugres (5), Diamantino (1), Campo Novo do Parecis (1) e Nortelândia (1).

Em termos geográficos, esta é a terceira região com maior distância em relação à capital. Barra do Bugres encontra-se a cerca de 166 km de Cuiabá, enquanto Vila Bela da Santíssima Trindade está a aproximadamente 520 km, exigindo deslocamentos prolongados para o acompanhamento presencial.

Características dos Casos

REGIÃO SUDESTE

A Região Sudeste é composta por 22 municípios. Dois deles já estiveram ou permanecem com defensoras e defensores acompanhados pelo Programa, totalizando duas pessoas atendidas. Atualmente, o PPDDH acompanha dois defensores e defensoras ativos, nos municípios de Poxoréu (1) e Jaciara (1).

Do ponto de vista geográfico, esta é a quarta região com maior proximidade em relação à capital. Jaciara apresenta a menor distância, com cerca de 140 km, enquanto Poxoréu está a aproximadamente 262 km de Cuiabá, permitindo maior frequência de acompanhamento presencial.

REGIÃO CENTRO-SUL

A Região Centro-Sul é composta por 17 municípios. Em oito deles, defensoras e defensores já estiveram ou se encontram acompanhados pelo Programa, totalizando 13 pessoas atendidas. Atualmente, o PPDDH acompanha oito defensoras e defensores ativos, distribuídos nos municípios de Cuiabá (2), Cáceres (2), Santo Antônio do Leverger (1), Poconé (1), Nossa Senhora do Livramento (1) e Várzea Grande (1).

Esta é a região com menor distância em relação à capital, o que favorece o acompanhamento técnico mais frequente. Santo Antônio do Leverger é o município mais próximo, a cerca de 35 km de Cuiabá, enquanto Arenápolis apresenta a maior distância da região, com aproximadamente 210 km.

Características dos Casos

Região	Municípios Atendidos	Total de Defensoras/es	Defensoras/es Ativos	Defensoras/es Inativos	Municípios Acompanhados	Distância até Cuiabá
Norte	14	29	15	14	Novo Mundo; Guarantã do Norte; Cláudia; União do Sul; Itanhangá; Colniza; Feliz Natal; Juína; Gaúcha do Norte; Rondolândia; Brasnorte; Apiacás.	408 km – 1.064 km
Nordeste	5	15	4	11	São Félix do Araguaia; Luciara; Alto da Boa Vista; Porto Alegre do Norte; Novo Santo Antônio.	972 km – 1.179 km
Sudoeste	6	13	13	-	Vila Bela da Santíssima Trindade; Porto Estrela; Barra do Bugres; Diamantino; Campo Novo do Parecis; Nortelândia.	166 km – 520 km
Sudeste	2	3	2	1	Poxoréu; Jaciara.	140 km – 262 km
Centro-Sul	8	13	8	5	Cuiabá; Cáceres; Santo Antônio do Leverger; Poconé; Nossa Senhora do Livramento; Várzea Grande; Chapada dos Guimarães; Arenápolis.	35 km – 210 km



O quadro evidencia a amplitude territorial do PPDDH, marcada por grandes distâncias e realidades regionais distintas. As regiões Norte e Nordeste concentram os maiores desafios logísticos, enquanto as regiões Centro-Sul e Sudeste permitem maior proximidade operacional. Essa diversidade territorial exige estratégias diferenciadas de acompanhamento, articulação interinstitucional e proteção às defensoras e defensores de direitos humanos.

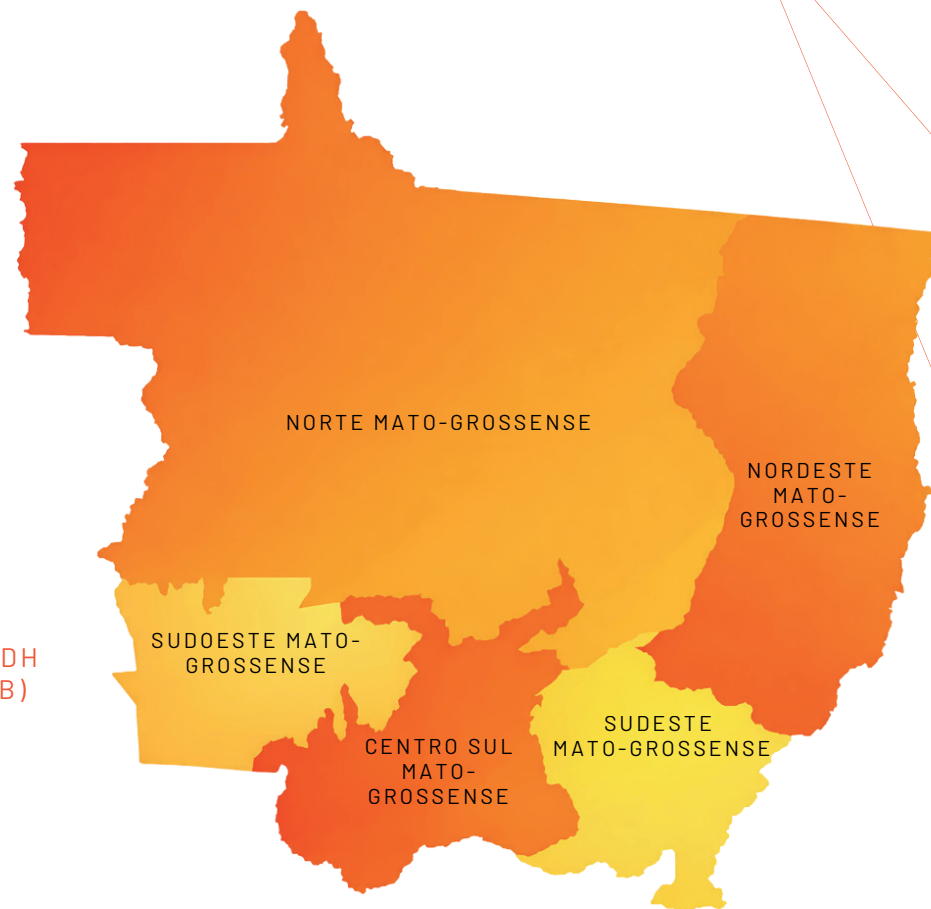
Mapa de MT



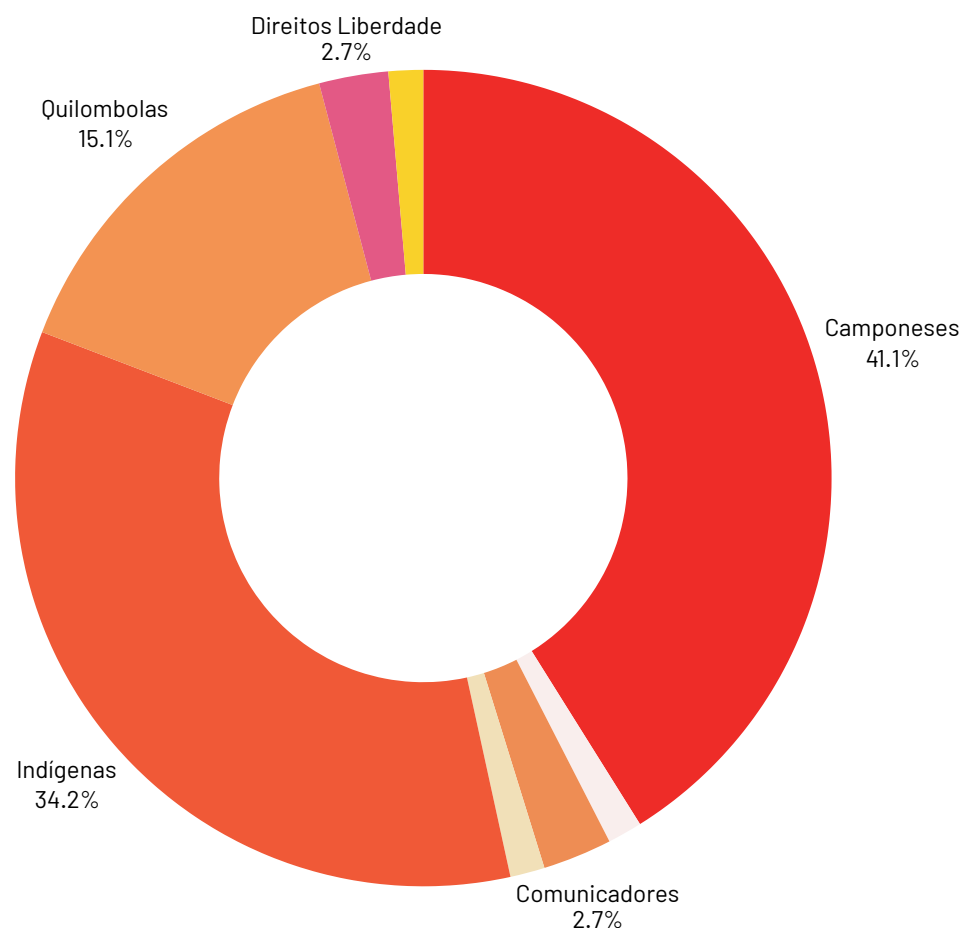
O PPDDH EM MATO GROSSO CONSOLIDA-SE COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA ESSENCIAL PARA A PROTEÇÃO DA VIDA E O FORTALECIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS NOS TERRITÓRIOS.

EDSON PENHA MENDES

COORDENADOR DA EQUIPE ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO PPDDH
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÈS (CDHDMB)
GESTÃO 2021-2025



Resultados Alcançados



A meta estabelecida foi de **50 casos**, tendo sido alcançados **73 casos**, correspondendo a **146%** do objetivo inicialmente previsto. O desempenho evidencia a efetividade da ação e o engajamento da equipe executora do PPDDH.

Total 73 casos

- ➔ **Camponeses:** 30 casos
- ➔ **Indígenas:** 25 casos
- ➔ **Quilombolas:** 11 casos
- ➔ **Comunicadores:** 02 casos
- ➔ **Direitos a pessoas privadas de liberdade:** 02 casos
- ➔ **Direitos migratórios:** 1 caso
- ➔ **LGBTQIAP:** 1 caso
- ➔ **Meio Ambiente:** 1 caso

Resultados Alcançados

DE 2021 A 2025

**NENHUMA LIDERANÇA ACOMPANHADA PELO
PPDDH FOI ASSASSINADA**



1.171

Articulação de políticas públicas para a proteção, promoção e reparação de direitos (reuniões com autoridades ligadas a órgãos públicos municipais, estaduais e federais)



549

Acompanhamento dos Termos Circunstanciados, Ocorrências, Processos e Notícias relativas a Risco ou Ameaças a Defensores/as de Direitos Humanos. (Demandas requeridas ao poder público de reivindicações de defensores/as)



5.251

Atendimento/accompanhamento/monitoramento da situação dos/as defensores/as ameaçados/as, demandados ao Programa



1.007

Comunicação Institucional do Programa e Divulgação da Atividade de Defensores dos Direitos Humanos



04

Acolhimento provisório



2.753

Orientação dos Defensores quanto às regras de procedimento de proteção enfatizando a orientação sobre autoproteção para defensores ameaçados bem como seus familiares (Medidas de orientação protetiva a defensores/as)

Resultados Alcançados



45.750 mil famílias

**ALCANÇADAS INDIRETAMENTE COM AÇÕES DE PROTEÇÃO EM
COMUNIDADES E TERRITÓRIOS ONDE ACONTECEM AS AMEAÇAS, VINCULADAS AOS
DEFENSORES/AS PROTEGIDOS/AS**



142

Reunião/Apresentação dos casos no Condel estadual



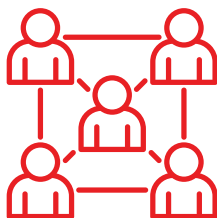
426

Realização de reuniões periódicas com a equipe de
profissionais para procedimentos com estudos de caso



04

Realização de audiências públicas, sempre que possível,
com a participação dos movimentos sociais e
autoridades estaduais e federais



67

Manutenção do banco de dados como subsídio à
proteção dos/as defensores/as dos DH ameaçados



179

Emissão de relatórios/dados periódicos para a
Coordenação geral do PPDDH/SEDH

**As informações
apresentadas encontram-
se consolidadas nos
Relatórios de Prestação
de Contas encaminhados
trimestralmente à
Secretaria de Estado de
Assistência Social e
Cidadania (SETASC).**

Observações Importantes

PRINCIPAIS FATORES QUE PERMITIRAM OS RESULTADOS



Baixa rotatividade da equipe gestora ao longo do período.



A equipe gestora manteve-se comprometida com a causa dos direitos humanos, atuando com responsabilidade ética, técnica e institucional ao longo de todo o período.



Não houve atraso nos repasses financeiros por parte do Governo do Estado e do Governo Federal, em razão da prestação de contas realizada sempre dentro dos prazos pela coordenação financeira.



Apoio do Movimento Nacional dos Direitos Humanos (MNDH) e do Fórum Nacional de Entidades Gestoras de Programas de Proteção no Condel e nas articulações estaduais.



Compromisso e engajamento voluntário da diretoria do CDHDMB, compromisso e competência técnica da equipe de gestão Administrativa e financeira, dinamicidade, competência e capacidade interventiva da Equipe Técnica



Desafios Identificados

A execução do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas em Mato Grosso expressa uma construção coletiva. Trata-se da materialização de esforços acumulados ao longo de décadas por diversas mãos, vozes, organizações e movimentos que lutaram pela consolidação de uma política pública voltada à proteção da vida. Ao mesmo tempo, é uma política marcada por desafios estruturais, institucionais e territoriais que exigem permanente capacidade de adaptação e responsabilidade ética.

Desde sua implantação, o Programa enfrentou limitações significativas, especialmente no que se refere à dimensão orçamentária e ao desenho inicial do plano de trabalho. Elaborado sem um processo amplo de escuta coletiva das organizações, instituições e sujeitos historicamente envolvidos na luta pela proteção de defensoras e defensores de direitos humanos, o plano revelou-se, em diversos momentos, insuficiente para responder à complexidade das violações vivenciadas durante a execução. O orçamento abaixo do necessário para as demandas iniciais e supervenientes impôs à equipe técnica e à gestão a necessidade de decisões concretas e factíveis, sempre orientadas pela prioridade absoluta da proteção da vida das pessoas acompanhadas e de suas coletividades.

Os casos acompanhados evidenciaram que os riscos enfrentados por defensoras e defensores de direitos humanos extrapolam as ameaças diretas à integridade física. A defesa do território, da terra e dos bens comuns revelou impactos profundos sobre as condições de vida dessas pessoas, incluindo insegurança alimentar e perda de renda. Foram recorrentes situações de abandono ou destruição de plantações, roças inviabilizadas pela ausência de manejo forçado ou pela ação de grupos violadores, além da perda de vínculos empregatícios decorrente de deslocamentos emergenciais para preservação da vida.

Outro aspecto relevante diz respeito aos desafios estruturais que aprofundam as desigualdades sociais e limitam o acesso efetivo às políticas públicas de proteção. A ausência de políticas consistentes de incentivo à agricultura familiar, aliada à fragilidade da reforma agrária, compromete a autonomia financeira de defensoras e defensores e de suas comunidades. As ameaças, os conflitos fundiários e as violações recorrentes evidenciam que a insuficiência ou ineficácia dessas políticas agrava desigualdades, expõe crianças, mulheres, homens, pessoas idosas e pessoas com deficiência a riscos ampliados e compromete a efetividade das ações de proteção. A partir das análises realizadas, torna-se evidente que não haverá avanços estruturais na política de proteção sem o fortalecimento das políticas agrária, orçamentária e institucional, em articulação com o sistema de justiça.

Desafios Identificados

Na dimensão política, o Programa se desenvolveu em um campo marcado por disputas, ambivalências e pressões institucionais. A implementação das medidas de proteção exigiu constante articulação entre diferentes níveis de governo, órgãos públicos e atores políticos. Em determinados contextos, houve abertura e cooperação para a proteção das pessoas ameaçadas; em outros, prevaleceram resistências e pressões contrárias à efetivação das medidas, especialmente em cenários de conflitos territoriais. Essa dinâmica impôs à gestão do Programa um esforço contínuo de mediação e articulação interinstitucional.

A dimensão social também apresentou desafios relevantes. A pluralidade de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos envolvidos no Programa trouxe demandas diversas, distintas capacidades de mobilização e diferentes formas de organização. Ao mesmo tempo, as oscilações da opinião pública em relação à defesa dos direitos humanos, por vezes marcadas por estigmatização e criminalização das pessoas defensoras, influenciaram o ambiente social no qual o Programa se desenvolveu.

No campo ambiental, o Programa lidou com conflitos relacionados à exploração e à preservação dos recursos naturais, incluindo mineração, extração ilegal de madeira, desmatamento, contaminação de rios e mananciais, uso indiscriminado de agrotóxicos e especulação imobiliária em territórios indígenas e tradicionais. Esses fatores ampliam os riscos enfrentados por defensoras e defensores e reforçam a necessidade de uma abordagem integrada entre proteção ambiental e direitos humanos.

A partir do acompanhamento das pessoas ameaçadas, foi possível identificar desafios recorrentes, entre os quais se destacam: a insegurança alimentar; a fragilidade da autonomia financeira; o preconceito e a discriminação contra povos indígenas, comunidades quilombolas e pessoas em situação de acampamento; o risco permanente de despejos, emboscadas e violências ambientais; a morosidade e a insuficiência das respostas institucionais, inclusive no âmbito da segurança pública; as dificuldades de acesso a serviços básicos como saúde e educação; a lentidão do sistema de justiça; a fragilidade de órgãos estratégicos, como o INCRA em Mato Grosso; e a ausência de um marco legal robusto para o PPDDH, que compromete sua estabilidade e continuidade como política pública.

Apesar desse conjunto de desafios, um dado fundamental merece destaque: desde a implantação do PPDDH em Mato Grosso, em 2021, nenhuma liderança acompanhada pelo Programa foi assassinada. Esse resultado contrasta com o período anterior à estadualização, quando foram registrados assassinatos de lideranças incluídas no Programa e de outros integrantes de um mesmo grupo de trabalhadores rurais, evidenciando a importância da presença estruturada do Programa no território.

Desafios Identificados

Esse resultado positivo está associado a diversos fatores, entre os quais se destacam: a estadualização do Programa, que permitiu acompanhamento mais próximo e qualificado; as orientações de autoproteção desenvolvidas por iniciativas como a Campanha *Vida por um Fio* e o Projeto *Sementes de Proteção Popular de Defensores e Defensoras de Direitos Humanos*, que fortaleceram práticas de autocuidado e cuidado coletivo; o monitoramento sistemático e contínuo dos casos pela equipe técnica, especialmente nos contextos de maior complexidade; a construção de estratégias coletivas de proteção; e a articulação permanente com a Rede de Proteção Institucional, envolvendo organizações e instituições como CPT, DPE, MPF, DPU, SESP, entre outras, fundamentais para a preservação da vida de pessoas e coletividades, como nos casos da Comunidade Quilombola Mata Cavalo, Itanhangá e Cinco Estrelas.

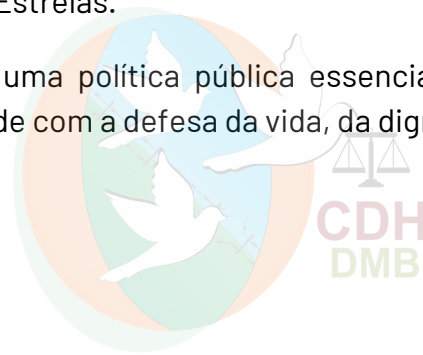
Esse conjunto de experiências reafirma o PPDDH como uma política pública essencial, que exige fortalecimento institucional, estabilidade normativa e compromisso contínuo do Estado e da sociedade com a defesa da vida, da dignidade humana e dos direitos fundamentais.



EU QUERO VER, EU QUERO VER ACONTECER, UM SONHO BOM, SONHO DE MUITOS, ACONTECER.

ZÉ VICENTE

POETA, LAVRADOR, COMPOSITOR E CANTOR BRASILEIRO



Registros (Ação Coletiva)



GESTOS, OLHARES E POSTURAS COMUNICAM PERTENCIMENTO, CUIDADO E CORRESPONSABILIDADE NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA JUSTIÇA SOCIAL.

ELEONORA MARIA DE QUEIROZ BONDESPACHO
EQUIPE TÉCNICA PPDDH - PSICÓLOGA

Registros (Ação Coletiva)



Registros (Ação Coletiva)



CADA PRESENÇA TRADUZ O COMPROMISSO COM O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS E COM A DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA.

EDSON PENHA MENDES

COORDENADOR DA EQUIPE ADMINISTRATIVA E TÉCNICA DO PPDDH CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÈS (CDHDMB)

Registros (Ação Coletiva)



SABERES SE CRUZAM E EXPERIÊNCIAS GANHAM VOZ. SÃO REGISTROS QUE REFLETEM ACOLHIMENTO, PARTICIPAÇÃO ATIVA E O RECONHECIMENTO DE QUE OS DIREITOS HUMANOS SE CONSTROEM NO COTIDIANO. PROTEGER QUEM DEFENDE DIREITOS É PROTEGER A PRÓPRIA DEMOCRACIA!

ANGELINA DE OLIVEIRA COSTA
PRESIDENTA
CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÈS
(CDHDMB)

Considerações Finais

A implementação do Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) em Mato Grosso reafirma a centralidade dessa política pública para a garantia da vida, da dignidade humana e do exercício democrático dos direitos. Em um território marcado por grandes distâncias, desigualdades estruturais, conflitos fundiários e pressões ambientais, proteger quem defende direitos é uma responsabilidade permanente do Estado e da sociedade.

Ao longo do período analisado, o PPDDH consolidou-se como resposta concreta a contextos de ameaça, violência e criminalização, revelando que os riscos enfrentados por defensoras e defensores ultrapassam a dimensão da segurança imediata e atingem condições fundamentais de reprodução da vida, como renda, segurança alimentar, vínculos comunitários e acesso a políticas públicas. A execução do Programa evidenciou desafios institucionais relevantes, como limitações orçamentárias e a necessidade de ajustes contínuos do plano de trabalho, exigindo decisões técnicas orientadas pela viabilidade e pela centralidade da vida das pessoas acompanhadas.

A experiência demonstrou que a efetividade da proteção depende da articulação entre políticas públicas estruturantes, do fortalecimento do sistema de justiça e da atuação integrada de uma ampla Rede de Proteção Institucional. Nesse sentido, a construção de uma rede composta por 40 parceiros, distribuídos entre sistema de justiça, órgãos governamentais, sociedade civil organizada e instituições de ensino, constitui um dos principais avanços do período.

Os aprendizados acumulados ao longo de quase cinco anos de atuação do PPDDH em Mato Grosso subsidiaram de forma significativa a elaboração do novo plano de trabalho para o próximo período. Esse processo resultou no fortalecimento da capacidade operacional do Programa, com a ampliação da equipe técnica de seis para quinze profissionais, garantindo melhores condições de atuação, maior qualificação das respostas institucionais e o aprimoramento do atendimento, acompanhamento e monitoramento das pessoas protegidas.

Um dado emblemático sintetiza os resultados alcançados: desde a implantação do PPDDH em Mato Grosso, em 2021, nenhuma liderança acompanhada pelo Programa foi assassinada. Esse resultado reafirma a importância da presença estruturada do Programa no território, do monitoramento contínuo dos casos, das estratégias coletivas de cuidado e da articulação interinstitucional.

Encerrar este relatório é reafirmar um compromisso público: a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos é condição indispensável para a preservação da democracia e para a efetivação dos direitos fundamentais. Em Mato Grosso, o PPDDH segue como expressão concreta desse compromisso com a vida, a dignidade humana e a justiça social.

SISTEMATIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO RELATÓRIO INSTITUCIONAL

Sistematização do Relatório

Clênia Resende de Oliveira Reis

Edson Arruda dos Santos

Eleonora Maria de Queiroz Bondespacho

Rosangela Rodrigues da Silva

Organização do Relatório

Willian Dias da Silva

Supervisão do Relatório

Angelina de Oliveira Costa

Edson Penha Mendes

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM MÁXIMO BIENNÈS